

Ética

Ethics

Pedro Laudinor Goergen*

Ética é, sem dúvida, o tema do momento. Basta entrar numa livraria, ligar a televisão, ouvir cientistas, políticos ou profissionais de qualquer área de atividades e logo nos deparamos com o assunto da ética. De tão comentado, mais parece algo novo, descoberta recente. Todos pregam ética; todos se dizem éticos. Para enaltecer alguém, se usa o qualificativo 'ético'; para denegri-lo, o depreciativo 'antiético'.

Caso perguntássemos às pessoas afeitas ao uso destes termos, certamente a maioria não saberia explicar o sentido do termo 'ética'. Ético ou antiético se tornaram chavões de sentido difuso, usados mais como armas de ataque ou de defesa, sem relação com o real sentido do conceito. Ética vem de *ethos*, um conceito de origem grega, que significa o conjunto de costumes e hábitos fundamentais de uma comunidade que orientam o comportamento dos indivíduos. Ética, por sua vez, é o estudo que reflete sobre a essência de normas e valores. Ética é, então, aquela pessoa cujo comportamento corresponde aos valores e costumes aprovados pelo grupo social ao qual pertence.

Na verdade, a ética é um tema humano por excelência, porque a ética trata da convivência entre os seres humanos. Refere-se ao grupo, portanto, ao convívio, ao social. Deixamos o mundo animal, ou seja, nos tornamos humanos à medida que aprendemos a conviver uns com os outros, substituindo o uso da força pelo entendimento e respeito na luta pela vida.

Desde os primórdios de nossa civilização, gregos e romanos, depois medievais e modernos se ocuparam desta questão. Convívio significa limite e respeito significa o reconhecimento do direito dos outros, inclusive o dos mais fracos. Enfim, somos seres sociais, sujeitos a normas e valores. Tais princípios variam em diferentes contextos culturais e períodos históricos. Um dos mais difíceis problemas da ética é se existem ou não princípios comuns a todos os seres humanos, supra culturais ou supra históricos.

Fato é que a necessidade humana da vida em grupo não os transformou em seres dóceis e pacíficos. Mesmo sabendo que sua única chance de sobrevivência era a convivência, os homens permaneceram egoístas e agressivos, sempre dispostos, à medida de seu poder, a subjugar os demais. Nisso consiste a mais trágica ambivalência do ser humano: dependemos uns dos outros, mas seguimos nos agredindo, dominando, explorando na busca de vantagens pessoais e individuais.

Sendo a convivência condição humana, faz-se necessário encontrar formas de garantir a liberdade e os direitos de todos. Para isso servem as normas e leis vinculantes, sob pena de sanções para os transgressores. Muitas foram e continuam sendo as formas de organização social, de modo geral, estruturadas segundo princípios autoritários ou democráticos. De uma forma ou de outra, se trata da instituição de uma autoridade e de um código de normas, ambos encarregados de ordenar a vida social. Hoje o exercício da autoridade pertence, via de regra, ao Estado encarregado de zelar e garantir os direitos dos cidadãos, os quais, por sua vez, lhe devem respeito e obediência.

Toda esta estrutura, de extrema complexidade, assenta sobre certos princípios e direitos, vistos como inerentes ao ser humano. Uma síntese desses fundamentos encontra-se nas Constituições Nacionais ou, em termos internacionais, na Declaração dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização

das Nações Unidas, em 1949. Tais documentos apresentam um resumo dos princípios fundantes do *ethos* moderno de convivência humana. Estes ordenamentos e leis devem ser entendidos não apenas de forma negativa, pois, são precisamente as limitações da liberdade individual que garantem a liberdade, ainda que limitada, de todos. Ninguém, individualmente, aprecia sofrer restrições, mas sem elas a vida pacífica e respeitosa em sociedade seria impossível.

No contexto da sociedade complexa e plural em que vivemos, composta de comunidades e grupos com códigos éticos próprios e, não raro, conflitantes entre si, a pergunta que nos incomoda é quais são os fundamentos éticos comuns a todos. Traduzindo em forma de pergunta, onde podemos hoje ancorar nossas exigências morais e, em caso de desvio, como podemos justificar sanções e penalidades? A ciência moderna, nascida nos séculos 16 e 17, supostamente soberana para manejar os desafios morais por ela suscitados, enveredou por um terreno de tal modo movediço e perigoso a ponto de ela mesma não ser capaz de dar conta dos riscos que acompanham seu progresso.

O benefício humano, sentido originário da ciência e tecnologia, é relativizado pelos interesses econômico-mercantis, priorizando vantagens materiais e lucros. O interesse econômico torna-se a pedra de toque dos grandes laboratórios, hipotecando o sentido humano de ciência e tecnologia ao interesse econômico. Certos medicamentos, produtos transgênicos, interferências na natureza, uso de combustível fóssil, agrotóxicos, processo de alteração transgênica, uso de energia atômica são novas práticas que implicam riscos para os quais a ciência não tem respostas e a ética tradicional não atende, porque seus códigos presumiam universalidade e permanência.

Segundo a célebre expressão de Zygmunt Bauman, hoje vivemos em tempos líquidos, tempos precários e de mudanças céleres. Tudo precisa ser permanentemente repensado frente ao devir constante e à explosão de poder de intervenção do ser humano, alcançado pelo progresso da ciência e tecnologia. Daí a grande visibilidade e relevância da ética na contemporaneidade.

O poder conquistado pela ciência e tecnologia, a par de suas enormes vantagens, trouxe também riscos e ameaças. A relação dos seres humanos entre si e com seu entorno tornou-se uma relação perigosa, cujos desafios só podem ser controlados pela postura ética. Ao mesmo tempo, a ética não pode mais se valer dos pétreos princípios transcendentais e universais.

O movimento, eterna fonte de insegurança do humano, invade os espaços sagrados, os refúgios seguros e imutáveis dos princípios permanentes pelos quais os seres humanos orientavam seu comportamento. Esta realidade movediça disseminou insegurança e induziu muitos a falar de uma época sem princípios e valores. De outra parte, sabemos que os seres humanos, a menos que queiram regredir ao estado animal, necessitam de normas e valores. Diante das mudanças, das inovações científico-tecnológicas, do poder e dos riscos delas decorrentes, o único caminho possível é o permanente pensar e refundar dos valores e princípios éticos que orientam nosso comportamento.

Por estas razões, o tema da ética está presente em todos os ambientes. Fala-se em ética empresarial, ética profissional, ética da mídia, ética política, ética ambiental, ética jurídica, ética educacional, ética médica e assim por diante. Trata-se, em cada caso, da busca de princípios capazes de orientar o comportamento das pessoas nas suas respectivas áreas de atuação.

Todos estes espaços éticos cujos nomes se declinam com facilidade remetem a questões de extrema relevância e complexidade. Como, então, garantir um mínimo de harmonia entre os múltiplos interesses locais, setoriais não só diferentes, mas conflitantes entre si?

Na sociedade complexa e plural, o conflito torna-se um dos elementos constituintes da vida e da convivência. A única forma de lidar com o conflito é o diálogo, o debate, o entendimento. Se, por exemplo, acobertam-se ou silenciam-se atitudes escusas no interior das chamadas éticas corporativistas, que ferem os direitos de outros, já não se trata verdadeiramente de princípios éticos, mas da imposição de interesses de grupos de maior influência e poder sobre interesses mais amplos de todos.

Esta luta por influência e poder se encontra disseminada por todo o sistema economicista, mas aflora de maneira mais acentuada e impactante em algumas áreas, tais como a educação, o direito e a medicina, por se tratarem de espaços diretamente relacionados com os aspectos essenciais da constituição, defesa e preservação da vida humana.

A medicina é certamente um dos espaços mais sensíveis ao desenvolvimento e uso da ciência e tecnologia, nos termos

acima mencionados de vantagens e riscos. Se, de uma parte, é inimaginável a possibilidade de abrir mão dos avanços científico-tecnológicos, de outra é urgente pensar o que este aporte significa, no sentido das vantagens e riscos inerentes ao desenvolvimento e uso da tecnologia.

Não se trata aqui de incriminar irresponsavelmente a medicina em geral nem muito menos de suspeitar indiscriminadamente dos profissionais desta área. Importa, no entanto, assinalar a existência de uma realidade desafiadora em termos éticos.

A relação estreita e direta entre fármacos, exames laboratoriais, equipamentos, especializações, procedimentos médicos e a vida do paciente configuram a medicina como um campo altamente complexo e tecnicizado e de extrema responsabilidade ética. O ponto fulcral da ética médica é a preservação da qualidade da vida humana, preciosa em termos sociais e única em termos pessoais. Nisso reside a essência e o sentido último da relação humana médico-paciente, que jamais deveria ser objetificada, parcializada, tecnicizada.

Os termos complementares do conceito de ética são os de respeito e responsabilidade, que devem integrar a formação de qualquer profissional, mas de modo especial os daquelas especialidades diretamente relacionadas à vida humana.

Particularmente, no mundo de hoje dominado pelos avatares quase divinos da ciência/tecnologia e do mercado, em que de um lado se costuma transferir responsabilidade ao aparato técnico e de outro se torna quase irresistível à sedução da vantagem econômica.



REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE SOROCABA

Agradecemos a colaboração da Associação dos Docentes da PUC-SP

Diretoria

Enio Marcio Maia Guerra
João Luiz Garcia Duarte
Celeste Gomes Sardinha Oshiro
José Eduardo Martinez
Dirce Setsuko Tacahashi
Nelson Boccatto Jr.